



## Assistência social e vanguardas do Serviço Social na era neoliberal

*Social Welfare and the vanguards of Social Service in the neoliberal era*

**Mavi RODRIGUES<sup>1</sup>**

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é o de apresentar um balanço provisório do desempenho das vanguardas profissionais no âmbito da assistência social ao longo dos treze anos dos governos do Partido dos Trabalhadores. A hipótese de investigação que o subsidia é a de que a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República no Brasil em 2003 descortina uma conjuntura intrincada para o Serviço Social, capaz não só de colocar óbices à materialização do projeto ético-político, mas também o de forjar um perfil profissional colidente com o requisitado pela direção social estratégica que a vanguarda do Serviço Social forjou desde a crise da autocracia burguesa.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Assistência social. Era neoliberal.

**Abstract:** The purpose of this article is to present an interim assessment of the performance of professionals at the forefront of Social Welfare over the thirteen years of Worker's Party government. The underlying research hypothesis is that the arrival of Luiz Inácio Lula da Silva, President of the Republic in Brazil in 2003, reveals an intricate environment for Social Work, able not only to put in place obstacles to the realization of the ethical-political project, but also to forge a professional profile at odds with that required by the strategic social direction that those forefront of Social Work have forged since the crisis of bourgeois autocracy.

**Keywords:** Social Service. Social Welfare. Neoliberal era.

*Submetido em: 10/5/2015. Aceito em: 27/6/2016.*

### 1 O Serviço Social brasileiro e a conjuntura aberta em 2003

Quando o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) ainda não havia chegado à metade, Braz (2004) havia vaticinado que, ao aprofundar a orientação macroeconômica da era neoliberal, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) desafiava a autonomia das vanguardas da profissão para conservar e aprofundar as exigências do projeto ético-político (PEP).

Para uma profissão que se politizou num horizonte progressista só tardiamente e em conexão (ainda que não direta nem exclusiva) com o PT, tal desafio só poderia traduzir-se – conforme acentuou Netto (2004) – como uma verdadeira *prova*.

Pensar nestes termos, longe está do equívoco de conceber o projeto ético-político como um subproduto partidário ou de qualquer outro elemento extraprofissional. Trata-se, tão somente, de reconhecer a contribuição e influência do PT em momentos decisivos do projeto profissional<sup>2</sup>: na sua constituição, quando o partido e os setores mais combatidos da catego-

<sup>1</sup> Professora Associada I da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21941-901, Brasil. E-mail: <[rodriguesmavi.mr@gmail.com](mailto:rodriguesmavi.mr@gmail.com)>.

<sup>2</sup> Há que se ter clareza que a cultura crítica que o Serviço Social forjou na crise da ditadura, ao envolver uma articulação política nacional dos setores mais inquietos da profissão em estreita vinculação com as lutas políticas mais amplas da sociedade brasileira, não pôde ficar imune aos dissensos e disputas entre os

ria que operaram a *virada* no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) partilharam a mesma atmosfera política – embebida pela resistência à Ditadura de 1964 e a reparação do movimento operário na cena política brasileira; na inflexão à esquerda das direções das entidades da categoria, quando o protagonismo da luta sindical dos assistentes sociais se conectou com os esforços do PT em criar um *novo sindicalismo*<sup>3</sup>, ou, ainda, nos anos de 1990, quando o projeto ético-político encontrou na atuação parlamentar deste partido um aliado na luta contra a ofensiva neoliberal.

Passados treze anos do PT no governo federal, como podemos avaliar a resposta do Serviço Social a este desafio? Um balanço, ainda que provisório, do movimento das vanguardas da profissão ao longo deste período indica com segurança que esta passou na prova que a nova conjuntura lhe impôs. São muitos os elementos que podem exemplificar isto: ao longo da primeira década dos anos 2000 as entidades representativas da categoria produziram uma série de eventos, debates e campanhas em defesa do projeto ético-político, quer seja, quando buscou reafirmar os princípios e o perfil profissional requisitados pelo projeto na comemoração dos 30 anos do *Congresso da Virada*, quer seja através da campanha *Educação não é fast food*, elaborada para denunciar os efeitos perversos do crescimento vertiginoso do ensino a distância que, iniciado na era FHC, é amplificado no pós-2003. Também no âmbito da produção teórica produziram-se análises críticas acerca dos efeitos da continuidade da ofensiva neoliberal sobre as políticas sociais, com destaque para as investigações sobre o orçamento público e aquelas que alargaram, inclusive, o escopo das reflexões sobre fenômenos decorrentes da acentuação da subordinação da política econômica aos interesses do capital financeiro, como a relação entre a financeirização e a mercantilização de serviços sociais.

A assistência social, contudo, é a área que melhor ilustra o êxito das vanguardas da profissão, porque foi neste campo de atuação do Serviço Social que, ao sugerir a incorporação de demandas progressistas da profissão e de setores da sociedade, um conjunto de inovações promovidas pelo governo federal tornou mais forte as tentações do possibilismo.

Com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, assistimos a um inédito investimento do Estado na assistência social. A forma exata desse investimento<sup>4</sup> se traduziu –

---

segmentos e organizações políticas de esquerda atuantes na luta pelo fim do regime autocrático burguês e da redemocratização da sociedade e do Estado entre os anos 1970 e 1980. Aliás, tais dissensos e disputas se expressaram com mais força no campo progressista da categoria quando do fim do bipartidarismo e a instauração do pluripartidarismo. Uma breve alusão dos efeitos sobre a categoria da ruptura da unidade partidária que aglutinava a frente de oposição à ditadura – que levou ao fim do antigo MDB e a criação do PMDB e PT – aparece na intervenção de Raquel Raichelis no evento comemorativo do décimo ano do aniversário da Revista Serviço Social & Sociedade (CFESS, 1989).

<sup>3</sup> Referência fundamental à análise dos vínculos existentes da luta sindical dos assistentes sociais com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é a publicação de Abramides; Reis Cabral (1995), onde o leitor poderá encontrar a análise histórica da construção da federação sindical dos assistentes sociais brasileiros, a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), criada em 1983, como fruto da mobilização da categoria, desde fins dos anos 1970, para rearticular os sindicatos dos assistentes sociais nos marcos do *novo sindicalismo*.

<sup>4</sup> Investimento cuja natureza não é propriamente financeira – ainda que se possa relacioná-la com o fenômeno da financeirização das políticas sociais, dado seus vínculos com a expansão do *crédito popular* e as políticas compensatórias por meio de bolsas e indicar um crescimento no aporte de recursos públicos para área como o demonstra a análise do financiamento e investimento da seguridade social brasileira no período de 1999 a 2005 de Boschetti e Salvador (2006). Os autores demonstram que, neste período, houve um crescimento progressivo da participação do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) no orçamento da

nos termos de Behring (2008) – num significativo “[...] choque de gestão [...]”<sup>5</sup>, operado por duas vias principais: a unificação e racionalização dos vários programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família (PBF), o que permitiu reduzir custos e otimizar resultados, e a constituição de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), descentralizado e assentado na construção de uma rede socioassistencial de baixa, média e alta complexidades.

Não é difícil compreender porque o referido “[...] choque de gestão [...]” (BEHRING, 2008) parece responder positivamente às demandas históricas dos que estiveram engajados na luta em prol da afirmação da assistência como uma política social inscrita no campo dos direitos e a cargo do Estado. A reivindicação da construção de um sistema nacional, unificado e descentralizado da assistência social vem integrando, desde a segunda metade dos anos 1990, a agenda política dos fóruns da categoria profissional e as deliberações de várias Conferências Nacionais. Sua exigência é até mesmo anterior à constituição da Lei Orgânica Social da Assistência (LOAS), remete à própria história da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA), no interior da sua associação de servidores – a Associação Nacional dos Servidores da Legião Brasileira de Assistência (ANASELBA).

Ademais a inteira reengenharia da assistência social promovida no pós-2003 alude para esta política social um cenário inteiramente distinto de toda a sua trajetória ao longo da história do país. Não apenas credita a essa área uma visibilidade e um reconhecimento institucional nunca dantes visto, mas também permite submetê-la a um processo de padronização e profissionalização que, colidindo com as marcas negativas de seu passado, tendem a lhe conferir uma face significativamente distinta da que lhe foi atribuída ao longo da história brasileira: a identificação negativa da assistência social com a benesse, a filantropia e o primeirodramismo. Não podemos ignorar que desde sempre – padecendo com a falta de planejamento e com a indefinição das competências dos entes federados, assinalada reiteradamente por ações descontínuas, justapostas e fragmentadas – a assistência social careceu dos traços mais elementares de uma política social.

Além disso, ao propalarem um investimento estatal na padronização de ações e na constituição de uma rede pública de atendimento socioassistencial, a PNAS e o SUAS sugerem até mesmo um inteiro corte com o tratamento dispensado à assistência social pela era neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, ao criar o *Comunidade Solidária*, delegando a presidência à sua esposa, Ruth Cardoso, e relegando a responsabilidade da assistência social

---

seguridade social: de 2%, em 2000, os recursos destinados ao FNAS saltaram para 4%, em 2005. Em contraste houve, neste mesmo período, uma progressiva redução da participação do Fundo Nacional de Saúde na totalidade do orçamento da seguridade, que regrediu de 14%, em 2000, para 13%, em 2005. A análise dos recursos aplicados nos Fundos Nacionais (de Previdência, Saúde e Assistência Social) nos anos 2004 e 2005, revela, ainda, um forte investimento do governo Lula na assistência social. Nestes dois anos, o FNAS teve o maior crescimento, 26%, em relação aos demais fundos. Contudo, exame minucioso da aplicação dos recursos nos fundos nacionais distribuídos por programas demonstra: o fortalecimento de benefícios de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) e um crescimento pífio de recursos, que não chegam mais que 5% dos recursos do FNAS, para manutenção de ações socioeducativas e protetivas. Há que se registrar que, em 2005, o SUAS contou com a humilhante cifra de 0,99% dos recursos do FNAS.

<sup>5</sup> Feliz expressão cunhada por Behring (2008).

ao terceiro setor, desrespeitou a LOAS, acentuou o voluntarismo e recrudescer os elementos mais atrasados e conservadores dessa política setorial<sup>6</sup>.

Por tudo isto, as inovações recentes no âmbito da assistência carregam uma grande dose de sedução: a tentação de aprisionarmos a avaliação do significado das ações sociais do Estado apenas ao âmbito da política de assistência social, deixando escapar uma análise que, na perspectiva da totalidade, permita uma reflexão mais ampla deste fenômeno, capaz não só de indagar seus impactos no quadro das demais políticas sociais asseguradas na Constituição Federal de 1988, mas também, sobretudo, da relação entre as políticas de Seguridade e a política macroeconômica.

Antes de tratarmos das respostas das vanguardas (no âmbito da organização política da categoria e também da produção teórica) a estas recentes alterações, faremos uma breve digressão sobre o significado dos governos do PT.

## 2 A Era neoliberal e os governos do PT

Para alguns intelectuais, insuspeitadamente honestos e engajados nas lutas das esquerdas brasileiras, os governos do PT – iniciados com os mandatos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) e continuados com os de Dilma (2011-2014 e 2015) –, quando comparados aos de FHC, seriam a expressão de um período pós-neoliberal<sup>7</sup>. Embora tenha o mérito de ressaltar as diferenças com o neoliberalismo dos anos 1990, a avaliação que aí se apresenta da conjuntura aberta no país em 2003 peca por sua unilateralidade. Escapa-lhe a constatação de um elemento de suma importância: a permanência desde então da mesma política macroeconômica que, servil aos interesses do capitalismo financeirizado, vigorou no país entre 1994 e 2002<sup>8</sup>.

Se a manutenção no pós-2003 do tripé desta política macroeconômica – ajuste fiscal permanente para assegurar superávit primário, taxa de juros elevada e o câmbio flutuante<sup>9</sup> – deita por terra a suposição acerca da constituição de um período pós- neoliberal no Brasil, levá-la em conta, todavia, não pode nos induzir ao equívoco de conceber os governos do PT como mera reiteração dos de FHC. Há um número significativo de novidades que se desconsideradas resultam também num balanço equivocadamente unilateral do significado desta conjuntura.

Entre estas novidades muito provavelmente está o resultado da preocupação sistemática e intencional que os mandatos de Lula e também os de Dilma tiveram com os mais pauperi-

---

<sup>6</sup> Se é verdade que a era FHC acentuou traços de voluntarismo e primeirismo, também deu, graças à pressão, à época, de forças políticas de oposição ao seu governo, continuidade à implementação de parte do que determina a própria LOAS: o BPC continuou sendo pago, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) funcionou como espaço político ainda que nem sempre respeitado em suas decisões. Por outro lado, foi FHC que deu início ao bolsismo, com o Bolsa Educação, o Vale Gás, unificados e ampliados em seu alcance por Lula no PBF.

<sup>7</sup> Ilustrativa desta perspectiva de análise encontra-se em publicação organizada por Sader (2013).

<sup>8</sup> A este respeito conferir Netto (2004); Braz (2004; 2007); Paulani (2008); Filgueiras e Gonçalves (2007) e, ainda numa perspectiva bem distinta, Singer (2012).

<sup>9</sup> Não infirma nossa assertiva a tentativa de Dilma em seu primeiro mandato de impor aos banqueiros a redução da taxa de juros, uma vez que se tratou de iniciativa apenas episódica e que não trouxe alterações de monta nos dois outros pilares de sustentação da política macroeconômica de matriz neoliberal.

zados. Ao longo de mais de uma década, os programas e ações sociais do PT, ainda que efêmeros e emergenciais, alteraram de uma maneira inteiramente inédita as condições de vida de uma parcela expressiva dos subalternos: modificaram-nas sob a ótica do direito, e não da costumeira cultura da benemerência e do favor<sup>10</sup>, instituindo pela primeira vez orgulho e dignidade cidadã a segmentos das *camadas laboriosas* (uma massa de trabalhadores autônomos, desempregados e subempregados) que estiveram à margem dos direitos sociais erigidos, desde o Estado Novo, sob uma cidadania hierarquizada e regulada pelo trabalho.

Focalizados nos mais pobres, tais programas e ações são parte integrante de medidas anticíclicas que permitiram a recuperação parcial do papel do Estado típico da era monopolista (BRAZ, 2007), o de funcionar como um garantidor das condições externas da produção e acumulação do capital (NETTO; BRAZ, 2006), o que acabou por restaurar o neoliberalismo no país.

Ao retomar, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a capacidade estatal de investimento em infraestrutura econômico-social – saneamento, habitação popular, portos, ferrovias, estradas e em setores de energia elétrica, fóssil e eólica, etc. –, praticamente abandonada por FHC; ao elevar o valor do salário mínimo, o que até o ano de 2013 correspondeu a um aumento de mais de 70% em termos reais relativamente ao verificado em 2002; ao promover uma política de subsídio de créditos aos mais pobres, combinada com programas de renda mínima, como o Bolsa Família, os governos do PT puderam até 2013 recuperar, sob um falacioso *neodesenvolvimentismo*, o dinamismo da economia e o rendimento das famílias e reduzir a pobreza absoluta.

Submetidas à orientação macroeconômica neoliberal, estas medidas anticíclicas podem ser concebidas como a exploração engenhosa de vias de menor resistência ao neoliberalismo<sup>11</sup> no seio de um pacto social conservador que, assegurando simultaneamente ganhos para os segmentos mais pauperizados e o lucro dos monopólios nacionais e internacionais, buscou o apassivamento dos trabalhadores<sup>12</sup>.

Assim, foram relativamente exitosos na conciliação de interesses antagônicos de classes o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ao atender ao mesmo tempo demandas de habitação popular e interesses do mercado imobiliário; o fortalecimento e expansão da assistência social como política pública combinados com a mercantilização da previdência social e da saúde; o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que ampliaram o acesso ao ensino superior para os pauperizados, negros e indígenas às custas de vultosos subsídios públicos destinados a alimentar os negócios lucrativos de empresas educacionais de base oligopolista e financeirizada (GENTILE; OLIVEIRA, 2013); a democratização do acesso ao consumo de massas para os mais pobres impulsionada pelo aumento do salário mínimo e dos seus efeitos diretos nos benefícios previdenciários e

---

<sup>10</sup> O ineditismo desta atenção aos mais pobres foi apontado por Netto (2015).

<sup>11</sup> Tais vias são assim tratadas por E. Sader (2013), em artigo que integra a publicação *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma... op. cit.*, porém sob um prisma de análise colidente com o que se registra aqui.

<sup>12</sup> Muito embora a beneficiária direta desta variante do neoliberalismo seja o setor bancário da grande burguesia interna e o setor financeiro do capital imperialista, Mota (2012) demonstra como ela tem sido capaz de obter o consentimento passivo de parte dos trabalhadores ao projeto de restauração do domínio do capital, constituindo-se, portanto, numa nova fase ou etapa da hegemonia burguesa no país.

sociais que não redundaram numa redução da extração da mais valia e nem alteraram o padrão da desigualdade social no país<sup>13</sup> e o crescimento do emprego, assentado no fortalecimento do setor de serviços, que aumentou significativamente o número de trabalhadores com carteira de trabalho na base da pirâmide social, sem, contudo, reverter a desindustrialização e deter a precarização do trabalho.

Os nutrientes deste pacto social estiveram radicados numa conjuntura internacional favorável à balança comercial brasileira, marcada pelo alto preço das *commodities* entre 2003-2011 que garantiu elevadas taxas de lucro para o setor exportador, o estímulo do crescimento econômico e a arrecadação do governo federal para implementar políticas sociais (MARTINS, 2016). O colapso em 2011 dos preços das principais mercadorias comercializadas pelo país – do minério de ferro, da soja e, especialmente do petróleo cru, em 2014 –, acompanhado da retração do consumo doméstico (ANDERSON, 2016), conduziram a sua primeira grande fissura nas *jornadas de junho de 2013*<sup>14</sup>.

Assistimos, desde a reeleição de Dilma Roussef, em 2014, a dissolução deste pacto, com o descolamento de diversos operadores do grande capital da base de apoio aos governos do PT. É quando a oposição de direita, com apoio da grande mídia e do judiciário, e sob o pretexto do combate à corrupção, avança na organização e promoção de uma campanha pela interrupção do mandato da presidente, por meio de um golpe travestido de legalidade que, alimentado por uma crítica elitista, de contorno fascista, às conquistas sociais da última década, obteve uma vitória até agora irreversível com a aprovação pela Câmara dos Deputados, em abril de 2016, da admissibilidade do *impeachment*.

Com este *golpe branco*, como forma de efetivar uma transição governamental pelo alto, a grande burguesia intenciona instaurar as condições necessárias à aplicação, tal como alerta Leher (2016), de um “[...] ajuste fiscal de proporções gregas [...]” que – ao efetuar cortes de gastos constitucionais obrigatórios, uma regressiva contrarreforma previdenciária, a desvinculação dos benefícios previdenciários da correção do salário mínimo e deste da variação do PIB – lhe permitirá restaurar suas taxas de lucro.

A ameaça de interrupção não só do governo de Dilma, mas também das conquistas democráticas recentes do país é parte de um fenômeno mais amplo de declínio de experiências progressistas muito distintas entre si no continente latino-americano e de restauração de forças conservadoras e neofascistas na região – do qual são integrantes os golpes de estado que puseram fim aos governos de Zelaya, em Honduras, em 2009, e de Lugo no Paraguai, em 2012; as derrotas de reeleição de Cristina Kirchner na Argentina, em 2015 e de Evo Morales na Bolívia em 2016 e, ainda, o recrudescimento de ações desestabilizadoras de uma oposição

---

<sup>13</sup> Em sua Tese de Doutorado, Meirelles (2013) elaborou uma radiografia instigante da questão social durante o período dos dois governos Lula e do primeiro mandato de Dilma. Nela, a autora traz informações de suma importância para a análise da desigualdade de classe, tais como indicadores relativos à concentração de propriedade e ao crescimento da mais-valia neste período.

<sup>14</sup> Jornadas cujo sentido está a exigir da esquerda uma análise crítica mais aprofundada, mas, ainda que nos falte um exame mais criterioso sobre seus determinantes e significado, é possível dizer que esta abrigou em seu interior tanto uma insatisfação popular espontânea e difusa aos limites das melhorias sociais promovidas desde 2003, quanto um brado anticorrupção de camadas médias críticas aos governos PT e, ainda, com uma forte aversão aos partidos e sindicatos de esquerda.

agressiva na Venezuela de Chávez e Maduro<sup>15</sup>. O determinante comum desta brusca alteração da conjuntura em diversos países da América Latina é a queda de preço das *commodities* como rebatimento da crise de financeirização mundial. Todavia a precipitação destes fatos está a exigir maior investigação acerca das estratégias utilizadas pelos Estados Unidos da América para reconquistar seu poder econômico e militar sobre esta parte do mundo.

A presença destes dois elementos da geopolítica latino-americana na derrocada dos governos do PT não deve obscurecer a sensível diferença deste com as experiências progressistas na região. Diferentemente dos governos de Chávez, Evo Morales e, até mesmo, dos Kirchner, os mandados de Lula e Dilma não promoveram alterações constitucionais progressistas e de conteúdo anti-imperialista, nem tampouco se respaldaram na mobilização popular. Os ganhos sociais para os mais pobres promovidos no Brasil, por mais inovadores e importantes que tenham sido, não confrontaram os interesses do capital de dominância financeira. Ao contrário, integrados à dinâmica de acumulação capitalista financeirizada, ainda que tenham possibilitado alguma distribuição de renda, mantiveram intocada a estrutura tributária regressiva brasileira, melhoraram as condições de vida dos miseráveis de forma individualizada, estimulando um consumismo alienante, à custa da desresponsabilização do investimento do Estado em serviços sociais públicos e universais.

### 3 O Serviço Social posto à prova na assistência social

Uma análise dos principais documentos exarados pelas entidades da categoria e do conteúdo do debate profissional dos últimos treze anos referentes à questão da assistência social – que é o que nos interessa tratar neste artigo – permite afirmar que as vanguardas da profissão não sucumbiram ao possibilismo político, nem tampouco rebaixaram seu horizonte teórico.

Em todas as ocasiões nas quais pôde se manifestar sobre as alterações recentes da assistência social<sup>16</sup>, o conjunto dos Conselhos Federal e Regional de Serviço Social (CFESS-CRESS) reconheceu os avanços obtidos desde a criação em 2004 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como a criação da PNAS e do SUAS, indicando, porém, com igual força, suas insuficiências.

E não se pode dizer que há neste apontar das insuficiências da PNAS e do SUAS um contramovimento à assistência social. O que aí se revela é o quanto as entidades representativas da profissão souberam manter elevada sua agenda de lutas. No centro desta permanece a defesa da *Carta de Maceió*, documento que, elaborado em 2000, no XXIX Encontro Nacional CFESS-CRESS, comporta, sem elidir a pluralidade de concepções em disputa no meio profissional, um padrão de seguridade sintonizado com o projeto ético-político (BOSCHETTI, 2004 e 2007).

---

<sup>15</sup> A este respeito ver ou conferir Beinstein (2016).

<sup>16</sup> Nos referimos aqui, especialmente, àquelas edições do *CFESS Manifesta* voltadas para publicizar as posições resultantes das reflexões coletivas empreendidas nos Encontros Nacionais do conjunto CFESS-CRESS como norteadoras da participação da categoria nas Conferências Nacionais de Assistência Social. Todavia, o posicionamento do conjunto e de outras entidades representativas do Serviço Social, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), além de intelectuais a elas vinculados, encontra-se também em diversos números da *Revista Inscrita* (REVISTA..., 1997- ). Sobre as orientações e parâmetros para atuação do assistente social na assistência social vale a consulta ao sítio eletrônico: <<http://www.cfess.org.br>>.

A alusão, ainda que sumária, aos principais eixos de sustentação deste padrão de seguridade pode ser útil para demonstrar o quanto a concepção de assistência social defendida pelo CFESS extrapola as conquistas possibilitadas com o advento da PNAS e do SUAS.

O primeiro eixo diz respeito ao próprio escopo da seguridade social balizada no projeto profissional e que requer a constituição de um sistema de proteção social público e universal, através do qual o Estado possa assegurar a totalidade dos direitos sociais previstos no Artigo 6º da Constituição Federal. Trata-se não apenas da defesa de uma concepção de seguridade social que impulsiona a profissão a lutar para além do que foi regulamentado constitucionalmente em 1988; ela impõe também ao Serviço Social contrapor-se à mercantilização da saúde e da previdência que perduraram e se aprofundaram em concomitância com a centralidade que a assistência social foi adquirindo desde 2003.

Em profunda sintonia com o primeiro, o segundo eixo da *Carta de Maceió* corresponde a um límpido posicionamento crítico do Serviço Social as políticas de ajustes fiscais determinadas pelas agências internacionais que limitam a proteção social pública, especialmente em países periféricos como o Brasil. Posicionamento crítico que resulta da clareza de que a construção de uma seguridade social pública e universal requer alterar a política macroeconômica de corte neoliberal que prevalece no país desde os anos de 1990 e que favorece o capital rentista ao destinar os recursos do fundo público para o pagamento das dívidas interna e externa. É o ajuste fiscal – um dos componentes centrais da política macroeconômica da era neoliberal que os governos PT, por outras vias e modos, reafirmaram – a base sobre a qual se institui uma resposta minimalista do Estado para uma questão social que a dinâmica de acumulação do capitalismo financeirizado só faz ampliar (NETTO, 2007) e que limita estruturalmente as políticas sociais públicas da era neoliberal, do qual os governos de Lula e Dilma são apenas um outro capítulo. Ademais, somente a sua reversão poderá afirmar de fato a condição da assistência social como direito social, uma vez que o ajuste fiscal limita estruturalmente não somente o investimento público nas demais políticas da seguridade social, impede também a construção de uma rede socioassistencial efetivamente pública, com serviços e bens a cargo do Estado, como apregoa o SUAS<sup>17</sup>.

Já o terceiro eixo diz respeito à relação entre o padrão de seguridade reclamado pela *Carta de Maceió* e a opção por um projeto de sociedade sem exploração e desigualdade de classe, gênero e etnia postulado pelo projeto ético-político. Nos marcos desta relação, tal padrão é concebido como parte de uma agenda estratégica de lutas em prol da construção de um projeto societário alternativo ao capitalismo no Brasil. Sua finalidade última não é a conquista de direitos sociais, mas a autoemancipação humana, sendo a luta por sua constituição – a construção de um sistema de proteção público, universal e radicalmente democrático – um campo de fortalecimento da organização dos trabalhadores, de formação da consciência crítica em relação à desigualdade social no país. Ora, é indubitável que este propósito maior insta a categoria a refletir sobre o significado do robustecimento que a assistência social experimentou desde 2003 na dinâmica das lutas de classes; a avaliar se o Estado, ao se desres-

---

<sup>17</sup> Não é demais lembrar como o fez o CFESS, através do *CFESS Manifesta – 10ª Conferência Nacional de Assistência Social*, que grande parte dos serviços prestados por esta rede permanecem sendo providos, a despeito da implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) em todo o país, majoritariamente por instituições privadas, filantrópicas ou ONGs (CFESS MANIFESTA, 2015).



ponsabilizar de enfrentar a desigualdade, mercantilizando serviços para os que podem pagar e investindo numa política voltada para a pobreza, a assistência social, promoveria a elevação da organização e a consciência de classe da massa de trabalhadores ou, ao contrário, seu apassivamento.

São estes os elementos que permitem ao conjunto CFESS-CRESS reconhecer simultaneamente os avanços sociais obtidos desde a promulgação da PNAS e a constituição do SUAS para os segmentos mais empobrecidos dos trabalhadores e apontar o quanto eles estão aquém do padrão de seguridade defendido pelo Serviço Social.

São eles também que têm sustentado a reflexão de parte da vanguarda intelectual da profissão que, não sem tensões e colisões internas, tem buscado analisar com desenvolta autonomia dos governos do PT o significado das alterações recentes na assistência social. Identificadas com o posicionamento do conjunto CFESS-CRESS estão especialmente aquelas produções elaboradas por docentes e investigadores do Serviço Social que, situados, especialmente, na UnB, UERJ e UFPE e liderados, respectivamente, por Ivanete Boschetti, Elaine Behring e Ana Elisabeth Mota, vêm, desde a segunda metade da década de 1990, enriquecendo o cenário da polêmica acerca da assistência social sob o prisma da crítica da economia política.

Trata-se mesmo de uma segunda geração de interlocutores do debate da assistência social na profissão, já que o pioneirismo da análise crítica sobre o tema coube a um grupo de professores vinculados à pós-graduação em Serviço Social da PUC (SP) – liderado por Aldaíza Sposati, Maria Carmelita Yazbek e Maria do Carmo Falcão. Foi graças ao investimento intelectual desta primeira geração docente que a categoria profissional, através de suas entidades corporativas e acadêmicas, pôde desempenhar um papel protagônico, entre os anos de 1980 e 1990, na luta articulada nacionalmente pelo reconhecimento da assistência como política pública e direito do cidadão.

A contribuição que esta segunda geração da vanguarda acadêmica do Serviço Social tem dado à renovação crítica do debate da assistência social remete a duas questões principais. A primeira corresponde a um esforço sistemático de problematizar a assistência social no âmbito da dinâmica do capitalismo contemporâneo e da disputa de projetos societários antagônicos na atual conjuntura brasileira. Trata-se, na verdade, de um empenho analítico-crítico que – em sintonia com a *Carta de Maceió* e grande parte da literatura que fundamenta o debate mais avançado das políticas sociais nos marcos da *Intenção de Ruptura* – concebe a assistência social, como de resto a totalidade da seguridade social, como campo de disputas entre as classes fundamentais do modo de produção capitalista e a busca da burguesia para adequá-la a seus interesses hegemônicos.

É este o horizonte que possibilita indagar sobre os interesses de classes ocultos sob a aparência fenomênica do reordenamento contemporâneo da assistência social. Ao situar as políticas de seguridade social (assistência, saúde, previdência, educação, etc.) na dinâmica da reprodução ampliada do capitalismo contemporâneo de dominação financeira, este prisma de análise tem contribuído para *desmistificar a aura progressista* que a centralidade da assistência vem adquirindo desde 2003 na atuação do Estado, revelando-a como um processo de assistencialização das políticas sociais.

Fenômeno distinto do assistencialismo, a assistencialização corresponde a um fato novo, conexo à era neoliberal<sup>18</sup>: a um reordenamento e fortalecimento da assistência social sem precedentes na história do país cujo mérito foi o de tê-la retirado de uma condição política residual, sem, contudo, reverter ou deter a mercantilização da saúde e da previdência social. Portanto, a assistência social cresce não como expressão da ampliação dos direitos sociais ou do fortalecimento da seguridade social prevista na Constituição de 1988, mas, sim, como um indicador da construção de um padrão público de proteção social minimalista, orientado, predominantemente, para atenção aos segmentos populacionais mais empobrecidos.

Longe de ser a decorrência de uma concepção elitista e preconceituosa da assistência social, a tese da assistencialização mantém viva o horizonte de análise que a categoria corajosamente explicitou num livro que marcou época no debate da assistência social dos anos 1980: *Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileira: uma questão em análise* (SPOSATI et al., 1985). Nele as vanguardas acadêmicas de então sustentavam que é: “Impossível uma leitura da assistência de per si, sem atentar para as determinações sociais e históricas do significado da assistência como política governamental, de sua imbricação com as relações de classe” (SPOSATI et al., 1985, p. 25).

Muito embora, a produção teórica desta segunda geração mantenha um vínculo estreito com o acúmulo crítico das reflexões feitas pelo Serviço Social na segunda metade da década de 1980 e a primeira de 1990, é possível dizer também que, ao reconhecer sem rodeios ou pesares o caráter compensatório da assistência social, ela supera os seus limites – o que, aliás, em nossa acepção, resulta numa segunda desmistificação da assistência social<sup>19</sup>. No debate profissional da atualidade, a assistência social é concebida como *parte não contributiva da seguridade social*, portanto, uma política articuladora das demais políticas de proteção social e voltada para suprir necessidades materiais, culturais e sociais dos segmentos dos trabalhadores que integram o exército industrial de reserva. Seus limites estruturais são a consequência do seu caráter compensatório, um produto determinado pelas relações sociais de produção assentadas no monopólio da propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho. Limites e caráter que permanecem inalterados, ainda que se possa declarar a assistência como um direito social ou que se pretenda ampliar seu objeto e objetivo. Por fim, a segunda questão, através da qual a vanguarda acadêmica do Serviço Social dos anos 1990 e 2000 tem revigorado o debate profissional, diz respeito à crítica ao transformismo conceitual promovido pela assistencialização. Identificado com as políticas sociais brasileiras da atualidade, e, especialmente, com a centralidade da assistência, estaria um conjunto de designações ou conceitos genéricos relativos à questão social – como os de exclusão social, combate à pobreza – que, embora dominantes na sociologia francesa, são colidentes com a fundamentação teórica das *Diretrizes Curriculares* da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

---

<sup>18</sup> O termo assistencialização foi pela primeira vez utilizado por Mota (1995), quando da análise da privatização da previdência nos governos de FHC. O fenômeno recebe tratamento mais exaustivo em publicação posterior (MOTA, 2008).

<sup>19</sup> Trata-se mesmo de uma segunda desmistificação, posto que, diferentemente da primeira permite problematizar não a relação dos direitos sociais com as estratégias de dominação econômica e política da burguesia, mas sim as concepções próprias do Serviço Social: o que no interior da profissão se apresenta como um hiperdimensionamento das potencialidades da assistência social.

Se para o projeto de formação do Serviço Social brasileiro a questão social é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista – o que exige necessariamente compreender a Lei Geral de Acumulação<sup>20</sup> –, para expoentes da sociologia francesa, como R. Castel (1987) e P. Rosanvallon (1998), esta decorreria da problemática da solidariedade. Trata-se, portanto, de uma perspectiva teórica que – ao deseconomizar e desistoricizar a questão social, convertendo-a numa questão de coesão social – de modo algum é convergente com aquela que as *Diretrizes Curriculares* estabelece.

Incorporar os conceitos de exclusão e combate à pobreza como se estes fossem sinônimos da questão social é – conforme alerta-nos os interlocutores do debate contemporâneo da assistência social – uma armadilha teórica com consequências práticas regressivas, uma vez que conduz ao controle dos desajustes sociais, a uma intervenção, portanto, oposta àquela exigida pelo projeto ético-político<sup>21</sup>.

#### 4 Sobre a relação entre vanguarda e categoria profissional na era neoliberal

Totalidade menos complexa de uma totalidade maior, a assistência social, revela como, ao longo de mais de uma década, as entidades representativas do Serviço Social e a sua intelectualidade souberam resistir à tentação de rebaixar a agenda política e horizonte ideoteórico da profissão ao imediatamente possível.

Mas, para as vanguardas da profissão, a segunda fase do neoliberalismo, não apenas colocou à prova sua autonomia, reforçou também um problema herdado dos anos 1990: a distância entre vanguardas e a massa de profissionais de campo, alimentado, como adverte Netto (1996), pela insuficiência de canais e circuitos de efetiva socialização dos avanços teóricos políticos empreendidos pelo Serviço Social desde o ocaso da ditadura de 1964.

Resta óbvio o quanto o aumento significativo desta distância é produto da massificação degradada do ensino em Serviço Social, resultante da contrarreforma universitária que, deflagrada desde a era FHC, é aprofundada de forma inaudita pelos governos Lula<sup>22</sup>.

Menos claro é, contudo, o quanto a conjuntura aberta por Lula, em 2003 reafirmou e fortaleceu a profissão nos últimos treze anos. Ao promover profundas alterações no Estado e reequacionar o sentido das políticas sociais e toda a malha de organizações encarregadas de

---

<sup>20</sup> Esta exigência é tratada diretamente por Santos (2012) e Netto; Braz (2006).

<sup>21</sup> Igualmente antagônico ao horizonte teórico das *Diretrizes Curriculares* e de efeito prático também regressivo é o conceito de *risco social* que ingressou com força no Serviço Social na era neoliberal. Tal termo, fartamente presente nos materiais de capacitação de agentes do SUAS – elaborados pelo MDS em parte com a colaboração da PUC (SP) –, não somente se disseminou sem embaraços entre executores e gestores da assistência social; até mesmo é encontrável em relatos de experiência e publicações de docentes e pesquisadores vinculados a outros campos de atuação do assistente social. Sua incorporação acrítica franqueia à profissão não apenas ao neoconservadorismo pós-moderno, permite também que sejam reentronizados de forma sincrética perspectivas conservadoras que, no passado recente do Serviço Social brasileiro – durante a vigência do regime autocrático burguês –, postulavam alternativas modernizantes e restauracionistas do tradicionalismo profissional. Para uma problematização inicial acerca dos impactos do conceito de *risco social* sobre o exercício profissional e de sua perspectiva ideoteórica (RODRIGUES, 2012).

<sup>22</sup> Sobre os meios pelos quais a contrarreforma universitária é aperfeiçoada a partir de 2003, constituindo continuidade e novidade em relação aos governos de FHC, consultar Braz e Rodrigues (2013).

planejá-las e executá-las, o neoliberalismo em sua versão petista no Brasil expandiu o mercado de trabalho para os assistentes sociais.

Ainda que não se possa atribuir tão somente à política de assistência social a responsabilidade por esta expansão, a implantação da PNAS e do novo modelo socioassistencial por ela exigido – assentado em novas estruturas organizativas, novos padrões de financiamento e, sobretudo, numa nova lógica de gerenciamento – impôs a contratação de um maior número de profissionais de Serviço Social, ainda que sob o predomínio de formas precarizadas de assalariamento<sup>23</sup>.

A conversão objetiva deste modelo em um sistema unificado, hierarquizado e descentralizado de assistência social, num país continental como o nosso, fez com que o Estado, por doze anos consecutivos, demandasse um contingente nada desprezível da força de trabalho profissional<sup>24</sup>.

Mas o que é mais notável aqui é que a implantação do SUAS não requereu apenas a demanda de agentes habilitados à execução terminal dos programas e serviços socioassistenciais<sup>25</sup>, exigiu, também, numa proporção expressiva (e talvez inédita), a incorporação nas malhas do Estado de assistentes sociais em posições de comando, ou seja, na qualidade de formuladores e gestores da política de assistência.

Se corretas as afirmações anteditas, seria possível dizer então que o neoliberalismo do pós-2003 repercutiu sobre a profissão num sentido distinto do que fora prospectado nos anos 1990, pois durante a vigência da era neoliberal dos anos 2000 não assistimos nem a uma crise de materialidade<sup>26</sup> no Serviço Social, nem a um deslocamento da profissão para o terceiro setor<sup>27</sup>, muito embora as Organizações Não Governamentais tenham se mantido como parceiras do Estado na implantação das suas políticas sociais. Ao contrário, o que este período

---

<sup>23</sup> Raichelis (2010) demonstra como a implantação do recém-criado SUAS, nos vários municípios do país, tem contribuído simultaneamente para ampliar o mercado profissional e aprofundar a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, a despeito da instituição da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) de 2006, resultante da deliberação da *V Conferência Nacional de Assistência*, pretender a “desprecarização” dos vínculos empregatícios no âmbito do sistema único.

<sup>24</sup> Fonte indispensável para aquilatar o quanto a implantação do sistema único de assistência social vem demandando o emprego de assistentes sociais é o *Censo Suas* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, realizado desde 2007. Digno de nota aqui são os dados do ano de 2013 relativos aos recursos humanos com diferentes níveis de escolaridade e de diversas especialidades das Secretarias Municipais de Assistência Social de todo o território nacional que registravam a presença de 25.203 assistentes sociais atuando nos dois níveis do sistema, distribuídos da seguinte forma: 16.078 atuando na oferta de serviços socioassistenciais – praticamente o dobro do número de psicólogos (8.975 profissionais) e o quádruplo de pedagogos (4.211) –; 5.006 nos CREAS; 345 nos Centros de Referência Especializada para População de Rua (Centros POP) e 3.774 nas Unidades de Acolhimento. Fonte importante também de informação sobre os recursos humanos no SUAS é a *Pesquisa de informações básicas – Perfil dos Municípios Brasileiros – Assistência Social (Munic)* realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale destacar que na *Munic* de 2013 os assistentes sociais figuravam como maior percentual dos gestores com nível superior de estruturas assistenciais em municípios brasileiros, representando 30,3% deste universo, seguidos por 21,3% com formação em pedagogia e 24,9% com outras formações.

<sup>25</sup> O que Iamamoto (2007) denominou de *exército assistencial de reserva*.

<sup>26</sup> A tese prospectiva do impacto do neoliberalismo como produtora de uma crise de materialidade da profissão é de Serra (1993, 2000).

<sup>27</sup> A hipótese deste deslocamento é posta por Montaño (1997) e problematizada também em Montaño (2002).

nos legou foi a reafirmação da legitimidade da intervenção profissional, da inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, por meio da sua expansão e valorização.

O mesmo não se pode dizer da direção social estratégica que as vanguardas construíram desde o espraiamento da *Intenção de Ruptura* logo após o *Congresso da Virada*, pois o que a conjuntura aberta em 2003 vem demandando é um Serviço Social que, funcionando como uma espécie de emergência social, opere com destreza os indicadores de gestão e monitoramento da pobreza, mostrando-se, assim, funcional a um Estado assistencial-penal.

Embora constitua um fenômeno relativamente recente e pouco investigado, a expansão desmesurada de cursos e matrículas de Serviço Social, pela via do setor privado e por agências não universitárias, pode ser tomada como um processo paulatino do estabelecimento de condições objetivas para a formação de um perfil profissional condizente com o Serviço Social acima aludido.

Ao darem a um problema herdado do passado recente da profissão uma magnitude que é inteiramente nova, a expansão recente do mercado e da formação numa direção colidente com a do projeto ético-político ameaçam converter em hiato a distância entre vanguardas e massa da categoria. Construir estratégias profissionais capazes de evitar esta ameaça é o desafio das atuais e próximas gerações.

## Referências

ABRAMIDES, M. B. C.; REIS CABRAL, M. do S. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ANDERSON, P. A crise no Brasil. **Pambazuka News**, 21 abr. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/21/perry-anderson-a-crise-no-brasil/>>. Acesso em: 1º maio 2016.

BEHRING, E. R. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. (Org.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

BEINSTEIN, J. América Latina na hora do lumpen-capitalismo: ilusões progressistas devoradas pela crise. **O Diário.info**, 7 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/?p=3976>>. Acesso em: 1º maio 2016.

BOSCHETTI, I. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 79, 2004.

BOSCHETTI, I. Seguridade pública ainda é possível. **Inscrita**, Brasília (DF), n. 10, 2007.

BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2006.

BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 78, 2004.

BRAZ, M. O PAC e o Serviço Social: crescimento para quê e para quem? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 91, 2007.

BRAZ, M.; RODRIGUES, M. O Ensino em Serviço Social na era neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios. In: SOUZA, E. A.; SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. (Org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CASTEL, R. **A gestão dos riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CFESS. Mesa Redonda Conselho Editorial da Revista Serviço Social & Sociedade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 30, 1989.

CFESS MANIFESTA. Brasília (DF): CFESS, 7 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2015-CfessManifesta-10ConfAS-Final.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GENTILE, P.; OLIVEIRA, D. A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LEHER, R. O que pretendem os setores dominantes com o impeachment de Dilma: notas preliminares. **Correio da Cidadania**, São Caetano do Sul, 28 mar. 2016. Disponível em: <[http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=11539%3Ao-que-pretendem-os-setores-dominantes-com-o-impeachment-de-dilma-notas-preliminares&catid=72%3Aimagens-rolantes&Itemid=180](http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11539%3Ao-que-pretendem-os-setores-dominantes-com-o-impeachment-de-dilma-notas-preliminares&catid=72%3Aimagens-rolantes&Itemid=180)>. Acesso em: 1º maio 2016.

MARTINS, C. E. **Fim da Nova República?** São Paulo: Boitempo, 16 mar. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/16/fim-da-nova-republica/>>. Acesso em: 1º maio 2016.

MEIRELLES, G. Á. L de. **Trabalho, mais-valia e “questão social”**: desigualdade social e pauperização no Brasil no contexto de mundialização do capital. Rio de Janeiro: PPGSS da UFRJ - TD, 2013.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, C. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 53, 1997.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

NETTO, J. P. O Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 79, 2004.

NETTO, J. P. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, n. 19, 2007.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Conservadorismo e luta social na universidade brasileira**. Belém: UFPA, 4 nov. 2015, duração 1:57:06. (Palestra). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=esPkgMVoK\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=esPkgMVoK_o). Acesso em: 30 abr. 2016

PAULANI, L. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, 2010.

REVISTA INSCRITA. Brasília (DF): CFESS, nov. 1997-

RODRIGUES, M. O exercício profissional 30 anos depois do *Congresso da Virada*. **Praia Vermelha**, v. 21, n. 2, jan./jul. 2012.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**: repensando o Estado providência. Brasília (DF): Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

SANTOS, J. S. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SERRA R. M. Crise da materialidade do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 41, 1993.

SERRA, R. M. **Crise de materialidade no Serviço Social**: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOSATI, A. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1985.

---

**Mavi Rodrigues**

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). Professora Associada I da Escola de Serviço Social da UFRJ. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM). Co-coordenadora da Pesquisa Sincretismo, capitalismo monopolista e Serviço Social e organizadora, junto com o Prof. Dr. Marcelo Braz, do livro *Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

---